



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA
CONSELHO PERMANENTE - SAG

ATA N.º 13/2026 - 04-09-2026

Aos quatro dias do mês de setembro de 2026, pelas 11h00, na sala das sessões do Conselho Superior da Magistratura, reuniu-se em **sessão da Secção de Assuntos Gerais do Conselho Permanente Ordinário do mesmo Conselho**, em sessão urgente, com a presença dos Excelentíssimos Senhores:

VICE-PRESIDENTE	Juiz Conselheiro Dr. Luís Miguel Ferreira de Azevedo Mendes
VOGAL ELEITO PELOS MAGISTRADOS JUDICIAIS:	Juiz de Direito Dr. Tiago Rafael da Silva Moura Pires Pereira
VOGAL ELEITO PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA:	Dr. António José Barradas Leitão
JUIZ SECRETÁRIO:	Juíza de Direito Dra. Ana Cristina Dias Chambel Matias

*

Consigna-se que o Sr. Vice-Presidente, Juiz Conselheiro Dr. Luís Miguel Ferreira de Azevedo Mendes, o Dr. Tiago Rafael da Silva Moura Pires Pereira e o Dr. António José Barradas Leitão encontram-se presentes na sala de reuniões deste Conselho.

*

1

Proc. n.º 2026/DSQMJ/3914

Estágio de curta duração integrado no programa de intercâmbios da EJTN para 2026

Apreciado o pedido formulado pela Exma. Senhora Juíza de Direito Dra. Susana Maria da Rocha Salazar Ribeiro em que vem solicitar dispensa de serviço ao abrigo do disposto no art.º. 10.º-A, n.º 1, do Estatuto dos Magistrados Judiciais e do art.º. 36.º do Regulamento das Atividades de Formação Complementar dos Magistrados Judiciais, com vista a participar num estágio de curta duração, integrado no programa de intercâmbios da EJTN para 2026, com duração de 01 semana, com início a 7 de setembro de 2026 e termo a 11 de setembro de 2026, a decorrer em Vilnius **foi deliberado por unanimidade** deferir o solicitado.

*



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

CONSELHO PERMANENTE - SAG

2

Proc. n.º 2026/DSQMJ/4093

Comarca de Lisboa - Distribuição de serviço, afetação, acumulação de funções e substituição de juízes no Juízo central criminal de Lisboa; 2026/2027

Foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente de 31.08.2026, que determinou a suspensão da distribuição ao lugar J10 do Juízo Central Criminal de Lisboa até 31/12/2026 e manteve a suspensão da distribuição aos lugares J19, J20 e J21 do Juízo Central Criminal de Lisboa até 31.08.2027.

*

3

Proc. n.º 2025/GAVPM/3323

Investigação em Doutoramento em curso - Autorização para acesso ao CITIUS na jurisdição FM na Comarca --

Apreciado o pedido apresentado pelo Exmo. Senhor Juiz Desembargador Jubilado -----, que se encontra a elaborar tese de doutoramento intitulada “Uma Justiça Restaurativa para a Jurisdição da Família, Crianças e Jovens - Matar o casal relacional/conjugal, para fazer nascer o casal parental”, solicitando autorização para aceder, no CITUS a todos os processos das unidades de Família e Menores da Comarca de ---- das seções de ----, -----, ----- e -----, ***foi deliberado por unanimidade*** indeferir o solicitado, com base no parecer da Senhora DPO do CSM, Dra. Clara Guerra, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos.

*

4

Proc. n.º 2025/GAVPM/3693

Criação de uma extensão da Pequena Instância Criminal (PIC) de Lisboa no aeroporto - Para audições de estrangeiros

Apreciado o parecer elaborado pelo Gabinete deste Conselho sobre a minuta de protocolo de cooperação para a criação de uma extensão da Pequena Instância Criminal de Lisboa no aeroporto, destinada a audições de estrangeiros, ***foi deliberado por unanimidade*** concordar com o mesmo, que aqui se dá por integralmente reproduzido, delegando-se no Senhor Vice-presidente a competência para proceder à sua assinatura.



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA
CONSELHO PERMANENTE - SAG

*

5

Proc. n.º 2026/DSQMJ/4331

Comarca de Santarém - Distribuição de serviço, afetação, acumulação de funções e substituição de Juízes no Juízo central cível de Santarém; 2026/2027

Apreciada a proposta da Senhora Vogal Raquel Rolo ***foi deliberado por unanimidade*** concordar com a mesma, a qual se dá por integralmente reproduzida, e, em consequência, determinar a suspensão da distribuição ao lugar de Juiz 4 do Juízo Central Cível de Santarém, até 31 de agosto de 2027.

*

Para constar, se lavrou a presente ata a qual, após aprovada, vai ser assinada.